

27 DEZ 1991

Acertando o passo

MÁRIO AMATO



A julgar pelas linhas mestras da carta de intenção que apresentou ao Fundo Monetário Internacional e pela sua aparente disposição de efetivamente cumpri-la, é inegável que o governo está empenhado em levar o País a acertar o passo com a realidade e, por esse meio, criar condições para a retomada do desenvolvimento econômico.

Pensar o contrário parece-me evidente demonstração de má vontade ou flagrante desconhecimento dos princípios básicos de economia. Tanto quanto assumir uma atitude panglossiana admitindo que a carta ao FMI consubstancia o melhor dos projetos possíveis e que não há risco de mais uma vez darmos "com os burros n'água".

Não há, realmente, como ser excessivamente otimista com um projeto de equilíbrio das contas públicas, imprescindível para uma economia saudável, que busque o ajuste tão somente pela vertente da elevação da receita. O bom senso, afinal, manda que, na perseguição desse objetivo, a redução de despesas se antecipe ao aumento da carga tributária.

Há de se convir, porém, que a atual Constituição e a legislação que a complementa deixam o governo de tal maneira manietado que uma significativa redução de despesas públicas somente será alcançada com uma reforma constitucional que a sua presente falta de credibilidade não permite ao Poder Executivo submeter

ao Legislativo.

Parece haver consenso quanto ao fato de que só uma reforma constitucional que torne viáveis as necessárias reformas estruturais devolverá aos agentes econômicos e a toda a sociedade a confiança sólida num futuro promissor. Isso quer dizer que o futuro da Nação está entregue aos políticos, que só os congressistas nos podem redimir a todos.

Mas o que há de concreto na proposta feita ao FMI já é bastante animador, a começar pelo fato de que ela praticamente elimina a possibilidade de serem adotados novos choques heterodoxos. Só isso já dá ao empresariado um mínimo de tranquilidade, que será de grande importância para a desaceleração do ritmo de elevação dos preços.

Com ela, o que se oferece à

sociedade é a prova de coerência da atual equipe econômica, é a reiteração de uma linha liberal pautada em preços livres, salários não indexados ou minimamente indexados, tarifas públicas realistas e regime cambial flutuante caminhando aceleradamente para a unificação das cotações.

Na transição das aberrações heterodoxas que tínhamos para esse cenário ortodoxamente liberal, ou quase isso, é de se lamentar o momentâneo agravamento dos problemas sociais causados sobretudo pela queda do nível de emprego e pelo achatamento dos salários. Entenda-se, porém, que lamento o que é lamentável sem contudo rejeitar o inevitável.

Parece-me, mesmo, que o trago do remédio que estamos sendo forçados a tomar vem

sendo dosado com sensatez. Já não se pensa na utopia de uma "inflação suíça". A política de caminhar *step by step* para a redução da inflação está assegurando apenas pequenas reduções mensais, mas tudo indica que isso pode ser feito sem interrupção.

O índice mensal de inflação, que há pouco caminhava para os 30%, já se estabilizou em torno de 5 pontos percentuais abaixo. Tal resultado referenda a exequibilidade da meta de chegarmos aos 20% ao fim do primeiro trimestre do próximo ano, como prometido ao FMI. Mesmo que não cheguemos em dezembro aos igualmente prometidos 2%, estaremos no rumo certo.

De fato, acho que chegaremos bem perto dessa meta se o governo realmente conseguir atingir as metas fixadas para a queda do déficit público: de 36% do PIB este ano para 18% no próximo e 5% em 1993, no que se refere ao déficit nominal, o que inclui a totalidade dos custos financeiros. A própria redução da inflação há de contribuir para essa queda.

É na execução do ajuste fiscal que estará definida a sorte desse novo programa de combate à inflação. Mas a carta ao FMI não tem, por si mesma, o poder mágico de assegurar o êxito dessa proposta. Animate, especialmente, porém, a expectativa de que um sucesso relativo nos próximos meses — notadamente no tocante à inflação — crie condições políticas para o aprofundamento do ajuste fiscal com as necessárias correções constitucionais. Ai sim, não há dúvida de que sairemos vitoriosos.



■ Mário Amato é presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).